

130

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor-Presidente
José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Conselho Editorial Acadêmico
Alberto Tsuyoshi Ikeda
Célia Aparecida Ferreira Tolentino
Eda Maria Góes

Elisabeth Criscuolo Urbinati
Ildeberto Muniz de Almeida

Luiz Gonzaga Marchezan
Nilson Ghirardello

Paulo César Corrêa Borges
Sérgio Vicente Motta
Vicente Pleitez

Editores-Assistentes
Anderson Nobara
Henrique Zanardi
Jorge Pereira Filho

EDMUNDO O'GORMAN

A INVENÇÃO DA AMÉRICA

REFLEXÃO A RESPEITO DA ESTRUTURA
HISTÓRICA DO NOVO MUNDO E
DO SENTIDO DO SEU DEVR

Tradução de

Ana Maria Martinez Corrêa

Manoel Lelo Bellotto

Editora
UNESP
Fundação para o
Desenvolvimento
da UNESP

© 1986 by Fondo de Cultura Económica, S. A. de C. V.
Título original em espanhol: La Invención de América.

© 1992 da tradução brasileira:

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.br

feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O'Gorman, Edmundo, 1906-

A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir / Edmundo O'Gorman; tradução de Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. – (Biblioteca Básica)

Bibliografia.

ISBN 85-7139-025-8

1. América – Descobrimento e exploração 2. América – História I. Título. II. Título: Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. III. Série.

92-1977

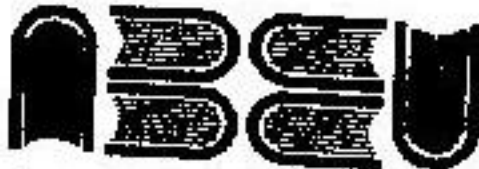
CDD-970.01

Índices para catálogo sistemático:

1. América: Descobrimento e explorações: História 970.01

Editora afiliada


Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe


Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

À
Universidade Nacional Autônoma do México
com gratidão e amor

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA E CRÍTICA DA IDÉIA
DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

Até que enfim alguém veio me descobrir!
Epígrafe do dia 12 de outubro de 1492
num imaginário *Diário íntimo da América*.

I

Não será difícil convir que o problema fundamental da história americana consiste em explicar satisfatoriamente o aparecimento da América no seio da Cultura Ocidental, porque essa questão envolve, a maneira de se conceber o ser da América e o sentido que se há de atribuir à sua história. Pois bem, todos sabemos que a resposta tradicional consiste na afirmação de que a América resultou do seu descobrimento, idéia que tem sido aceita como algo por si só evidente e constitui, nos dias de hoje, um dos dogmas da historiografia universal. Mas é possível realmente afirmar-se que a América foi descoberta sem que se incorra em um absurdo? Esta é a dúvida com que queremos iniciar estas reflexões.

Começemos por justificar nosso ceticismo, mostrando por que motivo é lícito suscitar uma dúvida, ao que parece tão extravagante. A tese é esta: que Colombo, ao chegar no dia 12 de outubro de 1492 a uma pequena ilha que acreditou pertencer a um arquipélago adjacente ao Japão, descobriu a América. Mas perguntamos se isso foi em verdade o que ele, Colombo, fez ou se isso é o que agora se diz que ele fez. É óbvio que se trata da segunda e não da primeira afirmação. Esta colocação é decisiva, porque revela, de imediato,

que quando os historiadores afirmam que a América foi descoberta por Colombo, não descrevem um fato em si evidente, mas sim nos oferecem a maneira pela qual, segundo eles, deve-se entender um fato evidentemente muito diferente: é claro que chegar a uma ilha que se acredita próxima do Japão não é a mesma coisa que revelar a existência de um continente que, até então, ninguém suspeitava que existisse. Em suma, vê-se que não se trata daquilo que, por documentos, sabe-se que aconteceu, mas de *uma idéia* a respeito daquilo que se sabe que aconteceu. Dito de outro modo, quando se assegura que Colombo descobriu a América, não se trata de um fato, mas meramente da interpretação de um fato. Mas se isto é assim, será necessário admitir que nada impede, salvo a preguiça ou a rotina, que se ponha em dúvida a validade dessa maneira peculiar de entender o que fez Colombo naquela memorável data, embora seja apenas mais uma maneira, entre outras possíveis, de entender o ocorrido. É, lícito, pois, levantar a dúvida que temos suscitado.

Levantada a dúvida, é muito importante compreender convenientemente o seu alcance, porque há o risco de se incorrer num equívoco que conduziria a uma lamentável confusão. Entenda-se bem e de uma vez por todas: o problema que colocamos não consiste em pôr em dúvida se foi ou não Colombo quem descobriu a América, já que essa dúvida supõe admitir a idéia de que a América foi descoberta. Não, nosso problema é logicamente anterior e mais radical e profundo: consiste em pôr em dúvida se os acontecimentos que até agora têm sido vistos como o descobrimento da América devem ou não continuar entendendo-se como tal. Portanto, o que vamos examinar não é como, quando e quem descobriu a América, mas se a própria idéia de que a América foi descoberta é uma maneira adequada de entender os acontecimentos, isto é, se com essa idéia se consegue ou não explicar, sem objeção lógica, a totalidade do fenômeno histórico em questão. Nada, pois, tem de extravagante nossa atitude. É a atitude de um homem de ciência que, frente a uma hipótese, sujeita-a à revisão, seja para concordar com ela se não encontra uma explicação

melhor, seja para repudiá-la e substituí-la por outra, em caso contrário. Tem sido sempre esta a marcha no progresso do conhecimento.

Estamos convencidos de que as considerações anteriores são suficientes para que se nos conceda o benefício da dúvida. Quem não pensa assim, deve suspender esta leitura e continuar encastelado em suas opiniões tradicionais. Quem, ao contrário, entender que estamos diante de um verdadeiro problema, já deu o passo decisivo: despertou, como dizia Kant, do seu sono dogmático.

Uma vez colocada em dúvida a validade da idéia que explica o aparecimento da América como o resultado do seu descobrimento, devemos pensar de que modo se pode prová-la. Em princípio, isto não oferece maior dificuldade. Com efeito, como toda interpretação é resposta a uma exigência prévia, que é de onde deriva a sua verdade, o problema se reduz a examinar se referida exigência conduz ou não a um absurdo, porque é evidente que, se for assim, deve-se recusar a interpretação para substituí-la por outra mais satisfatória. Mas então, como comprovar se isso acontece em nosso caso? Eis aqui a questão.

Pois bem, como a idéia de que Colombo descobriu a América, quando aportou a uma ilha que acreditava próxima ao Japão, não descreve o acontecimento histórico segundo aparece nos testemunhos, é óbvio que a exigência que deu origem àquela interpretação não procede do fundamento empírico do fato interpretado, isto é, é óbvio que não se trata de uma interpretação apoiada nos fatos (*a posteriori*), mas de uma interpretação fundada numa idéia prévia a respeito dos fatos (*a priori*). Se é assim, o que é que devemos examinar para averiguar em que consiste essa idéia prévia, para poder comprovar se conduz ou não a um absurdo? A resposta não permite dúvida: já que é inútil examinar o fato interpretado, porque a idéia não depende dele, é claro que devemos examinar o fato próprio da interpretação, que é um fato tão histórico como o outro. Numa palavra, para saber a que se deve a idéia de que Colombo descobriu a América, apesar de saber que ele executou um ato

muito diferente, é necessário averiguar quando, como e por que se pensou assim uma primeira vez e por que se continua a aceitar. Vale dizer, será necessário reconstruir a história, não a do descobrimento da América, mas a da idéia de que a América foi descoberta, o que não é o mesmo. Isso é o que vamos fazer.¹

II

Já que nossa tarefa consiste em contar a história da idéia do descobrimento da América, nossa primeira preocupação deve ser a averiguação da origem dessa idéia. Sabemos que Colombo não é responsável por ela. Quando, então, concebeu-se pela primeira vez a viagem de 1492 como uma empresa de descobrimento?

Uma pesquisa documental realizada em outra obra² demonstrou que a idéia foi gerada num relato popular, que os eruditos chamam de "lenda do piloto anônimo". Vamos recordá-la brevemente, de acordo com as informações do padre Bartolomeu de las Casas, testemunho mais direto que temos desse assunto. Diz que os primitivos colonos da ilha Espanhola (Haiti começou a ser povoado por espanhóis em 1494), entre os quais havia alguns que acompanharam Colombo na sua primeira viagem, estavam convencidos de que o motivo que levou o almirante a fazer a travessia foi o desejo de mostrar a existência de umas terras desconhecidas, das quais tinha notícia por informações que lhe dera um piloto, cuja embarcação havia sido lançada às praias por uma tempestade.³

Considerando a distante data e o conteúdo do relato, é forçoso concluir que nele se concebe, pela primeira vez, a viagem de 1492

1. Este tema foi amplamente desenvolvido por mim no meu livro *La idea del descubrimiento de América*. No presente trabalho aproveito as pesquisas então realizadas e a elas remeto o leitor que se interessa por detalhes polêmicos e documentais. Devo advertir, no entanto, que modifiquei algumas idéias; assim, a atual exposição representa melhor o que agora penso sobre o tema.

2. O'Gorman, *La idea del descubrimiento*, Primera Parte, I, 2.

3. Las Casas, *Historia de las Indias* I, XIV. Também Oviedo, *Historia*, Primera Parte, II, ii, e Gómara, *Historia General*, XIII.

como uma empresa de descobrimento, pois em lugar de admitir o verdadeiro objetivo que incentivou Colombo – chegar ao extremo oriental da Ásia –, afirma-se que sua finalidade era revelar terras desconhecidas.

Esta maneira de entender a "lenda" foi objetada por dois motivos. Alega-se que é indevido atribuir-lhe o sentido de uma interpretação da viagem colombina, primeiro, porque o acontecimento que se relata é falso e, segundo, porque a "lenda" não teve esse objetivo, mas foi forjada como uma arma polêmica para ser empregada contra os interesses e o prestígio de Colombo.⁴ Pois bem, admitindo a verdade destas duas circunstâncias, não é difícil constatar que nenhuma constitui uma objeção à nossa tese. Com efeito, a respeito da primeira, é óbvio que a inverdade explícita do relato não impede que contenha uma interpretação do acontecimento a que se refere. Se levássemos em conta esse argumento, a maioria dos historiadores modernos afirmaria por exemplo, que *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho não contém uma interpretação da história universal, pois é falso que exista uma providência divina que regule e governe os destinos humanos. A segunda objeção é igualmente ineficaz, pois, a ser correto que a "lenda" teve por objetivo criar uma arma polêmica contra os interesses e o prestígio de Colombo, ela poderia servir para tal fim somente se desse significado a uma interpretação da viagem. É como se, para continuar com o mesmo exemplo, se alegasse não ser possível aceitar *A Cidade de Deus* como uma interpretação da história universal, porque o objetivo de Santo Agostinho ao escrevê-la era, como de fato foi, oferecer ao Cristianismo uma arma polêmica contra os pagãos. Deixemos de lado, pois, essas supostas objeções e passemos a considerar a verdadeira dificuldade que apresenta o fato mesmo da existência da "lenda" e do amplo crédito que, como é sabido, se lhe deu de imediato.⁵

4. Veja-se Marcel Bataillon e Edmundo O'Gorman, *Dos concepciones de la tarea histórica con motivo de la idea del descubrimiento de América*, Imprenta Universitaria, México, 1955.

5. Para um inventário, veja-se Jean Henry Vignaud, *Histoire Critique de la Grande*

Não é fácil entender, num primeiro momento, como pôde surgir a "lenda" e porque foi aceita, a despeito e apesar da crença de que Colombo chegara à Ásia, versão que se divulgou como coisa pública e notória ao retorno da sua primeira viagem. A solução para este pequeno enigma tem preocupado a muitos escritores modernos, sem que, para dizer a verdade, o tenham resolvido satisfatoriamente, pois ou se limitam a mostrar sua indignação contra o anônimo "invejoso" que criou calúnia tão desairosa,⁶ ou então negam o problema em lugar de resolvê-lo, alegando, contra toda a evidência, que a crença de Colombo era um segredo do qual não estavam inteirados os historiadores.⁷ Parece-me que a solução se encontra no geral ceticismo com que foi recebida a crença de Colombo,⁸ pois só assim se compreende que, fora dos círculos oficiais bem inteirados, se duvidara da sinceridade desse "italiano burlador" como diziam alguns,⁹ e que, portanto, se tenha buscado uma explicação para a sua viagem, apoiada em alguma circunstância mais ou menos plausível. É possível imaginar muitos possíveis pretextos, inclusive alguns eruditos acreditaram poder ressaltar o que consideram o "núcleo histórico" da "lenda",¹⁰ e até se poderia

Entreprise de Christophe Colomb, Paris, 1917. Com o objetivo de mostrar que a crença na lenda do piloto anônimo não foi tão generalizada, foram invocados os testemunhos de Oviedo e de Las Casas, mas a verdade é que estes autores não negam a possível veracidade dessa "lenda" embora tenham se inclinado a considerá-la duvidosa. Oviedo, *Historia*, Primera Parte, I, ii e iv e Las Casas, *Historia*, I, XIV

6. Entre os mais destacados historiadores que adotam esta atitude, encontram-se Gaffarel, Gallois, Humboldt, Haebler, Morison, Roselly de Lorgues, Ruge e Tarducci.

7. Enrique de Gandía, "Descubrimiento de América" em *Historia de América*, publicada sob a direção de Ricardo Levene, Buenos Aires, 1940, v. III, p. 8.

8. Veja-se mais adiante. Terceira Parte, V.

9. Gómara, *Historia General*, XV.

10. Enrique de Gandía, "Descubrimiento de América", *op.cit.*, na nota 7 e Luis de Ulloa, *El pre-descubrimiento hispano-catalán de América em 1477*, Paris, 1928. Gandía, aproveitando trabalhos de Jaime Cortesão, "El marino Pedro Vázquez de la Frontera y el descubrimiento de América" no *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, Buenos Aires, 1933, que identifica Vázquez de la Frontera com Pedro Velasco citado por Fernando Colombo, *Vida del Almirante*, IX e por Las Casas, *Historia*, I, xiii, e sugere que se trata do personagem cujas viagens inspiraram a lenda do piloto anônimo. Veja-se Gandía, *Historia de Cristóbal Colón análisis crítico de las fuentes documentales y de los problemas colombinos*, Buenos Aires, 1942.

pensar que alguma frase do próprio Colombo tenha dado sentido ao relato ou, pelo menos, que o tenha sugerido.¹¹

Estas especulações têm, no entanto, um interesse muito secundário para os nossos objetivos, pois o importante é que, ao surgir a "lenda" como explicação histórica da viagem, iniciou-se o processo do desconhecimento da finalidade que realmente a incentivou e esta circunstância, que chamaremos "a ocultação do objetivo asiático da empresa" é, nem mais nem menos, a condição que tornou possível a idéia de que Colombo descobriu a América, segundo haveremos de comprovar mais adiante.

Mas, se é certo que na "lenda" está o germe dessa interpretação, não devemos superestimar seu alcance. É óbvio que não se trata ainda do descobrimento da América, pois a "lenda" apenas se refere a umas terras indeterminadas no seu ser específico, e não é menos óbvio que, de acordo com ela, o verdadeiro descobridor seria o piloto anônimo, por haver sido o primeiro que realizou o achado. Destas conclusões, infere-se que o próximo passo consistirá em verificar de que maneira a viagem de 1492, já interpretada como uma empresa descobridora de terras ignoradas, será referida especificamente à América e como se pode atribuir o descobrimento a Colombo, em lugar de atribuí-lo ao seu rival, o piloto anônimo.

III

O texto mais antigo em que Colombo aparece como descobridor da América é o *Sumario de la natural historia de las Indias*, de Gonzalo Fernández de Oviedo, livro publicado uns trinta anos após a época em que deve ter surgido a "lenda do piloto anônimo".¹² Este pequeno livro é apenas uma espécie de

11. Algo assim parece indicar uma frase de Oviedo, *Historia*, Primeira Parte, II, vi. Diz: "Y de ver salido tan verdadero el Almirante, en ver la tierra en el tiempo que había dicho, se tuvo más sospecha que él estaba certificado del piloto que se dijo que murió en su casa, según se tocó de suso."

12. Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés. *Sumario de la Natural historia de las Indias*, publicado pela primeira vez em Toledo, em 15 de fevereiro de 1526.

súmula prévia da *Historia General* que já escrevia então o autor e nele limita-se a registrar as informações acerca da natureza da América que, a seu ver, podiam interessar mais intensamente ao imperador Dom Carlos, a quem foi dedicado. Não surpreende que no *Sumario* só se encontre uma alusão ao nosso tema, mas uma alusão muito significativa.

Remetendo o leitor à *Historia General*, onde, conforme diz, tratará exaustivamente do assunto, Oviedo afirma que, "como é notório" Colombo descobriu as Índias (isto é, a América) em sua viagem de 1492.¹³ Isso é tudo, mas não é pouco se considerarmos que aqui teremos afirmada, pela primeira vez de modo inequívoco, a idéia cuja história estamos reconstruindo.

Se não estivéssemos nas considerações preliminares, a opinião de Oviedo seria muito desconcertante, porque, sem ter conhecimento da interpretação prévia contida na lenda do piloto anônimo e da ocultação que nela se faz dos motivos que animaram Colombo e de sua crença de ter chegado na Ásia, seria muito difícil explicá-la. Com efeito, está claro que se a Oviedo parecia "notório" que o feito de Colombo foi descobrir terras desconhecidas, isto é, se lhe parecia que esta maneira de entender a viagem de 1492 era algo que não requeria prova nem justificação, teria de ser assim, pois era assim que se vinha entendendo há tempos. Tratava-se, pois, de uma opinião recebida que ele simplesmente recolheu e repetiu.

Mas se isto parece indiscutível, não se vê tão facilmente por que Oviedo não se refere apenas ao descobrimento de regiões indeterminadas como acontece na lenda, mas especificamente às Índias, ou seja, à América. A razão de tão decisiva mudança é que, durante os trinta anos que haviam transcorrido desde o aparecimento da "lenda" havia se desenvolvido um processo ideológico

13. Eis aqui a frase: "Que, como es notorio, don Cristóbal Colón, primero almirante de estas Indias, las descubrió en tiempo de los católicos reyes don Fernando y doña Isabel, abuelos de vuestra majestad, en el año de 1491 y vino a Barcelona en 1492..." O erro nos anos, que devem ser, respectivamente, 1492 e 1493, deve-se, com toda a probabilidade, a uma falha de memória.

que culminou, como veremos na Segunda Parte deste trabalho, com a convicção de que as terras visitadas pelo almirante em 1492 faziam parte de uma massa continental separada da Ásia e concebida, portanto, como uma entidade geográfica distinta, chamada de América por uns e de Índias pelos espanhóis.¹⁴

Assim, Oviedo, ao dar como verdade indiscutível a interpretação da viagem de 1492 como empresa descobridora, também considerou, que tal descobrimento foi das Índias (América), uma vez que somente por essa identidade se conheciam as regiões encontradas por Colombo.

Esta nova maneira de entender a façanha colombiana que consiste, conforme acabamos de explicar, em interpretar um ato de acordo com os resultados de um processo de data muito posterior à do ato interpretado, suscitou um grave problema que convém destacar, porque será o eixo em torno do qual vai girar toda esta extraordinária história. Com efeito, diferentemente da "lenda" afirma-se agora que o descobrimento foi, não de regiões indeterminadas em sua identidade, mas sim de um continente imprevisível. Para poder afirmar que Colombo revelou a existência do referido continente, será indispensável mostrar que teve consciência desse ser, cuja existência dizem que revelou, pois, do contrário, não se poderia atribuir a Colombo o descobrimento. A fim de que isto fique inteiramente claro, vamos citar um exemplo. Suponhamos que o zelador de um arquivo encontre um velho papiro num depósito. No dia seguinte, dá a notícia a um professor universitário de letras clássicas e este reconhece que se trata de um texto perdido de Aristóteles. A pergunta é esta: quem é o descobridor desse documento, o zelador que o encontrou ou o professor que o identificou? É evidente que se se considera como mero objeto físico, como um papiro qualquer, foi o zelador quem o descobriu. Esse é o caso da interpretação contida na lenda do piloto anônimo. Mas é igualmente evidente que se se considera o documento como

14. Sabemos com certeza que era assim que Oviedo concebia essas terras. Veja-se *Historia*, Primeira Parte, XVI, Proêmio.

um texto de Aristóteles, seu descobridor foi o professor, pois foi ele quem teve consciência do que era. Assim, se alguém, informado a respeito do acontecimento, quisesse assegurar que o verdadeiro descobridor do texto havia sido o zelador do arquivo e que a ele cabia a fama científica do encontro, ninguém estaria de acordo a não ser que mostrasse que teve consciência do que havia encontrado naquele depósito. É esse, precisamente, o caso em que se coloca Oviedo e todos aqueles que, depois dele, vão sustentar que Colombo foi o descobridor da América. Já se irá vislumbrando a dificuldade iminente, quando não for mais possível continuar desconhecendo o que em realidade pensou Colombo do seu achado. Esta crise, sem dúvida, não se apresentará de imediato, porque, conforme dissemos, a consequência fundamental da "lenda" foi, precisamente, ocultar aquela opinião.

Colocada dessa forma a questão, vamos examinar em seguida as tentativas que se fizeram para superá-la. Trata-se de três teorias sucessivas que integram um processo lógico e que, como se verá oportunamente, acabará fatalmente por levar ao absurdo a idéia do descobrimento da América.

IV

Uma vez lançada a idéia de que o que havia sido descoberto era a América, isto é, um continente até então não só imprevisito como imprevisível, o único problema que restava era a quem atribuir a fama de tão extraordinário feito, ao piloto anônimo ou a Cristóvão Colombo, ou para falar em termos de nosso exemplo, ao zelador que encontrou o papiro ou ao pesquisador que o identificou como um texto de Aristóteles. Para resolver este conflito, houve duas tentativas iniciais, ambas insuficientes pelo que se verá em seguida, e uma terceira que soube encontrar a solução ao dilema. O conjunto desses esforços constitui a primeira grande etapa do processo. Vamos examiná-la em seus passos fundamentais.

1. Primeira tentativa: Oviedo.

Historia general y natural de las Indias.¹⁵ Eis a tese:

a) A explicação tradicional de como ocorreu o descobrimento da América é insatisfatória, porque o relato do piloto anônimo é duvidoso. Mas supondo que seja certa a intervenção deste personagem, é a Colombo que corresponde a glória do descobrimento das Índias.

b) A razão é que, independentemente de ter recebido ou não a informação do piloto anônimo, Colombo soube o que eram as terras cuja existência revelou, isto é, teve consciência do ser dessas terras.

c) Mas como? Colombo, disse Oviedo, sabia o que ia encontrar desde que propôs a viagem. Com efeito, como as Índias, explica, não são senão as Hespérides de que tanta menção fazem os escritores antigos, Colombo inteirou-se de sua existência e de seu ser, através da leitura dessas obras. Assim, sabedor de que tais terras existiam e do que eram e talvez fortalecido, além disso, pelo relato do piloto anônimo, saiu à procura delas e as descobriu.¹⁶

2. Segunda tentativa: Gómara.

Historia general de las Indias.¹⁷ Eis a tese:

a) A explicação tradicional é satisfatória, porque o relato do piloto anônimo é verdadeiro.

b) O fabuloso é pensar que Colombo haja constatado a existência das terras que encontrou em leituras de livros clássicos. O que se pode crer é que tenha confrontado o relato do piloto anônimo com as opiniões de homens doutos acerca do que diziam os antigos sobre "outras terras e mundos".

c) Colombo, portanto, é apenas o segundo descobridor. O primeiro e verdadeiro foi o piloto anônimo, porque a ele se deve

15. Oviedo, *Historia general y natural de las Indias, Islas y Tierra-Firme del Mar Océano*. A Primeira Parte foi publicada em Sevilha, 1535.

16. Oviedo, *Historia*, Primeira Parte, II, i-iv.

17. Francisco López de Gómara, *Historia general de las Indias*. Zaragoza, 1552-53.

o conhecimento das Índias, que até então haviam permanecido totalmente ignoradas.¹⁸

Se considerarmos estas duas teses, constata-se que nenhuma consegue resolver satisfatoriamente o problema. A de Oviedo, é certo, reconhece o que deve ser atribuído ao descobridor, porque Colombo aparece como tendo consciência do ser específico das terras cujo descobrimento se lhe atribui. Mas o descobrimento, por outro lado, deixa de o ser porque ao identificar-se a América com as Hespérides, já não se trata de algo cuja existência fosse desconhecida, mas meramente de algo esquecido ou perdido.¹⁹

A tese de Gómara, por sua vez, padece de defeito contrário: sustenta a idéia de que se trata de terras, cuja existência se desconhecia, mas não se verifica, em troca, o requisito por parte do descobridor da consciência do que eram.

Em ambas as teses, ainda que por motivos opostos, o ato que se atribui não corresponde ao ato que se diz tenha sido realizado.

Estas reflexões mostram que a solução teria que combinar os respectivos acertos das teses precedentes, evitando suas falhas. Teria que ser mantida a idéia de que se ignorava a existência das terras objeto do descobrimento, como o fez Gómara, e mostrar que o descobridor teve consciência prévia de que existiam, conforme quer Oviedo. Quem conseguiu conciliar extremos, ao que parece, tão incompatíveis, foi o bibliófilo e humanista Dom Fernando Colombo, na célebre biografia que escreveu de seu famoso pai. Vejamos como e a que preço conseguiu fazê-lo.

3. Terceira tentativa: Fernando Colombo.

*Vida del almirante.*²⁰ Eis a tese:

a) Ninguém, antes de Colombo, soube da existência das terras que ele encontrou em 1492. É falso, portanto, que alguém lhe tenha

18. Gómara, *Historia general*, XIII e XIV.

19. Assim diz expressamente Oviedo, *Historia*, Primeira Parte, II, iii.

20. Fernando Colombo, *Vida del Almirante don Cristóbal Colón escrita por su hijo Don Hernando*. A obra somente nos chegou na tradução para o italiano de Alfonso de Ulloa. Veneza, 1571.

dado notícias delas e falso que tenha lido sobre elas em livros antigos.

b) O que ocorreu é que Colombo teve a idéia de que a ocidente da Europa teria que existir um continente até então ignorado.

c) Mas se era ignorado, como então teve Colombo idéia de que existia? Ele a teve, segundo Dom Fernando, por uma genial inferência decorrente de seus amplos conhecimentos científicos, de sua erudição e de suas observações. Isto é, teve essa extraordinária idéia como hipótese científica.²¹

d) A empresa de 1492 não foi a confirmação de uma notícia que Colombo tivesse tido; foi a comprovação empírica de sua hipótese, devida unicamente a seu talento. Com a viagem empreendida em 1492, Colombo mostrou, portanto, a existência de um continente ignorado, não de regiões conhecidas embora esquecidas, conforme quer Oviedo; ao mostrar sua existência, revelou o que era, porque já o sabia. Colombo é, portanto, o descobridor indiscutível da América.

e) Esse continente é conhecido então pelo nome de "Índias", mas isso não significa, como pretendem alguns, que Colombo tenha acreditado ter chegado à Ásia. A explicação é que, sabendo muito bem que se tratava de um continente diferente, ele mesmo colocou aquele nome, não só por sua relativa proximidade da Índia asiática, mas porque dessa maneira conseguiu despertar a cobiça dos reis para levá-los a patrocinar a empresa.²²

f) Deste modo, Dom Fernando não só aproveita a ocultação que existia a respeito das verdadeiras opiniões de seu pai, mas também provoca-a deliberadamente ao dar uma falsa explicação do indício que revelava a verdade daquelas opiniões, pois é indiscutível que ele as conhecia. Com efeito, é lógico supor esse conhecimento por muitos e óbvios motivos e, entre outros, e não o menor, porque Dom Fernando acompanhou Colombo em sua quarta viagem, du-

21. Este é o sentido das três causas que Dom Fernando alega para mostrar os motivos que, segundo ele, teve Colombo para convencer-se da existência das terras que saiu a descobrir. Fernando Colombo, *Vida*, VI-IX.

22. *Ibid.* VI.

rante a qual, depois de certa vacilação na terceira, o almirante ficou absoluta e inteiramente convencido de que todos os litorais que havia explorado eram da Ásia. Esta é a tão mal compreendida e dúbia tese de Dom Fernando Colombo.²³

Muito bem, verifica-se que esta tese, na qual a ocultação das idéias de Colombo não se deve mais a um mero ceticismo, mas sim a um calculado desejo de escondê-las, consegue conciliar os dois requisitos do problema. É de se concluir, portanto, que nela se encontrou a solução adequada, mas, está claro, somente desde que se possa manter oculta a opinião de Colombo sobre seu achado. Desde então por outro lado, a rivalidade entre o piloto anônimo e Colombo ficou definida a favor deste, porque se é certo que a tese de Gómara continuou tendo muitos adeptos importantes,²⁴ é igualmente correto que semelhante atitude não representa um novo passo, mas sim um leve abalo na inércia tradicionalista. Por esse motivo não cabe aqui ocuparmo-nos dela. Vamos examinar, por outro lado, por que a solução tão equivocadamente proposta por Dom Fernando entrou em crise, levando, desse modo, o processo à segunda etapa de seu desenvolvimento. Essa mudança é devida ao padre Las Casas, cuja intervenção será estudada em seguida.

V

Bartolomeu de Las Casas. *Historia de las Indias*.²⁵

a) A premissa fundamental é a concepção providencialista da história: Deus é a causa mediata e eficiente e o homem, a causa

23. Para uma discussão mais ampla sobre esta maneira de entender a obra de Fernando Colombo, veja-se meu livro *La idea del descubrimiento*, Segunda Parte, IV, 2, e Baillon e O'Gorman, *Dos concepciones sobre la tarea histórica*, op.cit.

24. Sobre este particular, meu livro *La idea del descubrimiento*, p. 69, nota 15.

25. Bartolomeu de las Casas, *Historia de las Indias*, 1527-60. Publicada pela primeira vez em Madri, 1875-76.

imediate e instrumental. Assim, o descobrimento da América é o cumprimento de um desígnio divino, realizado por um homem escolhido para esse fim.²⁶

b) Esse homem foi Cristóvão Colombo, a quem Deus dotou de todas as qualidades necessárias para realizar a façanha. Desta maneira, agindo com liberdade dentro da esfera do mundo natural, Colombo conseguiu intuir, por hipótese científica, não por revelação divina, a existência do continente das Índias, isto é, a América. Até aqui, Las Casas acompanha de perto a argumentação empregada por Dom Fernando.²⁷

c) Formalmente as duas teses são quase iguais, mas diferem no fundo porque, para Las Casas, o significado do descobrimento gravita exclusivamente em torno de sua finalidade religiosa. O essencial não se fundamenta, pois, na afirmação de que se conheceu uma parte ignorada da Terra, mas na circunstância de que se trata de terras habitadas por homens ainda não iluminados pela luz evangélica.

d) Esta diferença ideológica a respeito do significado da empresa a que Las Casas denominou "façanha divina", explica porque este, sempre acostumado a acumular razões, não se limitou a reproduzir a argumentação de Dom Fernando, tão cuidadosamente formulada para não denunciar o verdadeiro propósito que animara Colombo. Com efeito, Las Casas acrescentou tantos motivos quantos lhe ocorreram para explicar como Colombo pôde saber que existiam as Índias e assim, sem se preocupar com as inevitáveis incongruências, o vemos juntar, numa heterogênea e indigesta mescla, o mito da Atlântida, os chamados versos proféticos de Sêneca, a "lenda" do piloto anônimo e até a teoria das Hespérides de Oviedo, tão duramente censuradas por Dom Fernando.²⁸

e) Mas o decisivo nessa maneira de proceder foi que Las Casas, possuidor dos documentos do almirante, não tratou de ocultar o

26. *Ibid.* I, ii.

27. *Ibid.* I, ii e v.

28. *Ibid.* I, vi-xvi. Também Fernando Colombo, *Vida*, X.

objetivo asiático que, na realidade, motivou sua viagem nem a convicção de tê-lo alcançado.²⁹

f) A razão é que, dada a perspectiva transcendentalista adotada por Las Casas, os objetivos pessoais de Colombo carecem de importância verdadeira, porque, quaisquer que tenham sido – confirmar uma informação, encontrar regiões esquecidas, confirmar uma hipótese ou chegar à Ásia – o significado da empresa não depende disso. Para Las Casas, Colombo teve que cumprir fatalmente as intenções divinas, independentemente das suas pessoais, de maneira que determinar o que Colombo queria fazer e o que acreditou ter feito é inteiramente secundário. O que interessa deixar claro é que Deus lhe inspirou o desejo de fazer a viagem e para esse fim qualquer explicação é boa.

g) A mesma indiferença existe no que diz respeito ao problema do ser específico das terras encontradas, a ponto de se tornar difícil, senão impossível, precisar o que a esse respeito diz Las Casas.³⁰ A razão é sempre a mesma: tal circunstância carece de verdadeiro significado. Que importa se se trata das Hespérides, de um fragmento da Ilha Atlântida, do Novo Mundo ou de regiões asiáticas? O que importa o que Colombo ou qualquer outro pense a esse respeito? Deus não pode ter interesse nos progressos da ciência geográfica. O importante é que Colombo abriu o acesso a regiões da Terra, repletas de povos aos quais é urgente pregar a palavra revelada e conceder-lhes a oportunidade do benefício dos sacramentos antes que ocorra o fim do mundo, que Las Casas considera iminente.³¹

h) Portanto, se se há de dizer realmente quem foi o descobridor da América, deve ser dito que foi Cristóvão Colombo, mas não em virtude dos objetivos e convicções pessoais que animaram sua empresa, mas como instrumento eleito pela Providência para realizar a transcendental façanha. Se há necessidade de se precisar

29. Meu livro, *La idea del descubrimiento*, p. 145-6.

30. *Ibid.* p. 146. Também Las Casas, *Apologética historia*, XXII.

31. Las Casas, *Historia*, I, i. "... cuanto los tiempos y edad del mundo más propincua es a su fin..."

o que foi que descobriu, deve-se dizer que não foram tais ou quais regiões geograficamente determinadas, mas sim o oculto caminho por onde chegaria Cristo àqueles numerosos e esquecidos povos, para colher entre eles o místico fruto da salvação eterna.³²

Esta é a tese de Bartolomeu de Las Casas e é esta a maneira de entender as muitas incoerências que, por sua vez, podem ocorrer na atenta leitura de sua obra. Mas então, qual é o sentido da intervenção de Las Casas do ponto de vista de nosso problema? Tratem-se de explicitá-lo.

Tal tese remete o significado da empresa ao plano transcendental da esfera religiosa, desvincula-a de suas premissas histórico-temporais e, portanto, em si mesma não representa nenhum avanço no desenvolvimento do processo que estamos reconstruindo. Mas isto não quer dizer que careça de importância. Pelo contrário, como na *Historia* de Las Casas admite-se e prova-se qual foi o propósito que teve Colombo ao empreender sua viagem de 1492 e se confessa sua crença em tê-lo realizado, depois disso já não será possível continuar ocultando plena e cabalmente esse propósito e essa crença. Com a intervenção de Las Casas, conseqüentemente, entra em crise a primeira grande etapa do processo e se inicia, assim, a possibilidade de um novo e fundamental desenvolvimento e nisto baseia-se para nós seu significado decisivo.

VI

É de se pensar que, a partir do momento em que se tornou patente com testemunho irrefutável a verdade do objetivo asiático da viagem de 1492, era preciso abandonar a idéia de nela ver uma empresa descobridora de terras totalmente ignoradas, para com-

32. Veja-se meu livro *La idea del descubrimiento*, p. 152-3. A este respeito expressamente afirma Las Casas que a façanha de Colombo consistiu em ter sido ele "el primero que abrió las puertas de este mar oceano, por onde entró y él metió a estas tierras tan remotas y reinos, hasta entonces tan incógnitos, a Nuestro Salvador Jesucristo". *Historia*, I, ii.

preendê-la como ocorreu: uma tentativa de ligar a Europa e a Ásia pela rota do Ocidente. Era tal, com efeito, a consequência a que se deveria chegar se não tivesse existido o impedimento lógico da premissa que, conforme sabemos, condiciona todo esse processo, a saber: que a interpretação daquela viagem como um ato descobridor de terras desconhecidas havia ficado como coisa evidente. Em razão disso permaneceu, pois, a mesma situação lógica, continuando, portanto, o problema de como atribuir a Colombo o descobrimento da América; agora, apesar e a despeito de se saber que seus propósitos foram outros, vamos dedicar este item ao estudo dos esforços que se fizeram para resolvê-lo, que não serão senão tentativas de conciliar a tese de Dom Fernando com os dados proporcionados por Las Casas. Com efeito, não poderia ser outra a orientação geral deste novo relato.

1. Herrera. *Las décadas*.³³

a) Em termos gerais, Herrera se atém à argumentação de Dom Fernando. Para ele, Colombo tivera consciência de que existiam as Índias (América), graças a uma hipótese científica, e a viagem de 1492 não foi senão a maneira de comprová-la.

b) Mas, diferentemente de Dom Fernando e diante da necessidade de ter em conta os dados revelados por Las Casas, Herrera afirma que, sem explicar como nem por quê, Colombo se convenceu de que havia chegado à Ásia, isto é, que na primeira viagem, Colombo não comprovou sua hipótese.

c) O engano no qual incorreu o almirante persistiu ao longo da segunda e da terceira explorações; mas na quarta e última, Colombo certificou-se de seu erro ao ter notícia certa da existência do Mar do Sul, isto é, do Oceano Pacífico.

33. Antonio de Herrera y Tordesillas, *Historia general de los hechos de los castellanos en las islas y Tierra Firme del Mar Océano*. A Primeira Parte, que contém as quatro primeiras Décadas, foi publicada em Madri, 1601; a Segunda Parte, que contém as quatro Décadas finais, também foi publicada em Madri, 1615.

d) Foi assim, portanto, que Colombo finalmente pôde comprovar sua hipótese inicial, de maneira que Herrera pôde atribuir a ele o descobrimento da América, já que não só mostrou onde se encontrava esse desconhecido continente, como também teve consciência do que revelava.³⁴

Pondera-se, sem dificuldade, que esta tese não consegue atender devidamente aos acontecimentos denunciados pelo padre Las Casas, uma vez que só acrescenta na interpretação a circunstância de que Colombo acreditou ter chegado à Ásia, mas não que fosse este, desde o início, seu objetivo. A esse respeito, Herrera altera deliberadamente o que afirma Las Casas.³⁵ Com isto fica demonstrado que, para atribuir a Colombo o descobrimento, era preciso sustentar que ele havia tido consciência do ser específico das terras encontradas. A tese, pois, é uma primeira tentativa de superar a crise; mas, com toda a evidência, a tática não podia se sustentar indefinidamente. Teria que chegar o momento em que se admitiria o objetivo asiático da empresa, porque só assim, por outro lado, se compreenderia por que Colombo se convenceu de que as regiões encontradas eram asiáticas, circunstância que naturalmente Herrera não pôde explicar. Esse momento se apresentou anos mais tarde, conforme documentam dois autores, cujos textos vamos considerar em seguida.

2. Beaumont. *Aparato*.³⁶

a) A empresa fora motivada por dois possíveis objetivos: descobrir um continente desconhecido, cuja existência Colombo havia inferido por hipótese científica, e chegar à Ásia, caso não achasse o referido continente.

34. Para uma exposição detalhada da tese de Herrera, veja-se meu livro *La idea del descubrimiento*, Terceira Parte, VI, 2.

35. Para um cotejo entre os dois textos, *Ibid.* p. 176-7.

36. Fr. Pablo de la Concepción Beaumont, *Aparato para la inteligencia de la crónica seráfica de la Santa Provincia de San Pedro y San Pablo de Michoacán de esta Nueva España*. Último terço do século XVIII. Trata-se de uma longa introdução à *Crónica de Michoacán* do mesmo autor. A primeira edição, mais incompleta, é de 1826; a edição completa, com a *Crónica*, Archivo General de la Nación, México, 1932. É a edição que utilizamos.

b) Durante a primeira e a segunda viagens, Colombo crê que está na Ásia; mas na terceira exploração constata que havia chegado a praias do continente desconhecido, que quis encontrar desde o início.

c) Foi assim que Colombo descobriu a América, pois, em que pese seu equívoco anterior, acabou por comprovar a hipótese inicial.³⁷

Esta maneira de entender a empresa e de atribuir o descobrimento a Colombo é muito semelhante à de Herrera; trata-se ainda de um compromisso fundado na solução de Dom Fernando. De fato, o modo de nela introduzir, sem alterar sua essência, o equívoco de Colombo, é o mesmo que adotou Herrera, mas agora sem in-conseqüência, porque o objetivo asiático já aparece formulado como finalidade da empresa, ainda que secundário, ao lado do objetivo de descobrir um continente desconhecido. A tese de Dom Fernando ainda se mantém, mas já foi dado o passo que acabará por arruiná-la. Sigamos a trajetória deste inevitável desenlace.

3. Robertson. *The history of america*.³⁸

a) O autor inicia sua exposição descrevendo o horizonte histórico que serve de fundo para a sua tese. No final do século XV, afirma, o grande anseio da Europa era abrir uma comunicação marítima com o remoto Oriente. A esta preocupação geral vincula-se a empresa de Colombo. Não se trata, pois, de uma inexplicável ou extravagante ocorrência nem de uma inspiração divina, é uma facanha do progresso científico do espírito humano.

b) Situada assim a empresa, Robertson passa a explicar em que consistiu o projeto de Colombo. Pensou, afirma, que navegando em direção ao ocidente teria necessariamente que encontrar terra. Mas Colombo estava em dúvida a respeito do que seriam as regiões que podia achar. Com efeito, tem motivos científicos para suspeitar

37. Para uma exposição detalhada da tese de Beaumont, veja-se meu livro *La idea del descubrimiento*, Terceira Parte, VII, 2 A.

38. William Robertson, *The History of America*, Londres, 1777.

que encontraria um continente desconhecido; mas, por outro lado, tem razões para acreditar que iria chegar a praias asiáticas. Colombo inclina-se mais por esta última possibilidade, mas a dúvida é a própria essência do projeto.

c) Quando Colombo, por fim, obtém os meios para empreender a travessia, Robertson o apresenta sulcando o oceano decididamente em busca da Ásia, mas sempre com a reserva de que talvez encontre, atravessado no caminho, o continente que havia intuído hipoteticamente.

d) Ao achar terra, Colombo convence-se de que chegou à Ásia e por isso, explica Robertson, foi batizada com o nome de Índias. Mas o almirante não abandona a dúvida inicial. Na segunda viagem, suspeita de que tenha incorrido em um equívoco que, no entanto, não consegue desfazer até a terceira viagem. Foi então quando soube, com certeza, que havia encontrado o continente desconhecido que, desde o início, imaginou que podia descobrir. Colombo é pois o descobridor da América porque, ao comprovar uma das duas finalidades da empresa, teve plena consciência do que havia revelado.³⁹

A tese tem uma óbvia semelhança com a anterior, mas a diferença implica um manifesto progresso para a crise definitiva da velha solução de Dom Fernando a qual, no entanto, ainda subsiste como base para poder atribuir a Colombo o descobrimento da América. Registre-se que Robertson não apenas postula o objetivo asiático como uma das duas finalidades da empresa, senão que a considera a principal. Além do mais, e isto é decisivo, explica-a como óbvia dentro das circunstâncias históricas. Assim, o desejo de Colombo de chegar à Ásia já não se admite somente pela exigência de dar razão aos dados revelados por Las Casas, mas se converteu na própria condição para entender o acontecimento. Neste momento, por conseguinte, opera-se uma mudança diametral a respeito da situação que tornou possível a crença no relato do piloto anônimo. Por isso, o objetivo de descobrir um continente ignorado, mas intuído por hipótese científica, passa a um segundo

39. Para uma exposição detalhada da tese de Robertson, veja meu livro *La idea del descubrimiento*, Terceira Parte, VII, 2 B.

plano não por mera atitude tradicional, mas com o objetivo de poder responsabilizar Colombo por um descobrimento que, de outro modo, não se saberia a quem atribuir.

Estamos no limiar de uma mudança decisiva: a tese de Dom Fernando, em que culminou a idéia do descobrimento intencional da América por um Colombo consciente do que fazia, encontrou em Robertson um último baluarte. O próximo e inevitável passo consistirá no abandono definitivo dessa pretensão, quando se colocará, então, a dificuldade de se atribuir a Colombo um ato de cuja natureza não teve, no entanto, a menor idéia. Inicia-se, assim, a segunda grande etapa do processo.

VII

A crise sobreveio, explicavelmente, quando um erudito espanhol, Martín Fernández de Navarrete, divulgou numa coleção impressa os principais documentos relativos às viagens de Colombo. Dessa maneira, ficavam superadas as ambigüidades no relato do padre Las Casas, tornando-se patente não só que Colombo havia projetado ir à Ásia, mas também que nunca estivera convencido de não ter realizado esse desejo. Era inevitável, pois, que o paulatino processo de revelação do objetivo asiático alcançasse definitivamente sua culminação. Foi o próprio Fernández de Navarrete que, na Introdução da sua obra, registrou com nitidez o fato. Vejamos o que disse.

1. Navarrete. *Colección*.⁴⁰

a) À semelhança de Robertson, a empresa de Colombo é explicada e justificada como uma das tentativas para satisfazer o anseio geral de estabelecer uma rota marítima com a Ásia.

40. Martín Fernández de Navarrete, *Colección de los viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV, con varios documentos inéditos concernientes a la historia de la marina castellana y de los establecimientos españoles en Indias*. Madrid, 1825-37.

b) Mas, diferentemente de Robertson e daqueles que o antecederam, para Navarrete o projeto de Colombo consistiu apenas nisso. A grandeza da façanha, pois, não se acha nas idéias que a inspiraram; está, sim, na ousadia de buscar o caminho para as Índias pelo rumo do ocidente.

c) Portanto, já nada se diz da famosa e suposta hipótese que Colombo havia elaborado sobre a existência de uma desconhecida massa continental.

d) De acordo com o exposto, Navarrete admite que, até a sua morte, Colombo acreditou que as terras por ele exploradas pertenciam à Ásia; mas ao mesmo tempo conclui que, com o achado de 1492, Colombo realizou o inesperado e assombroso descobrimento da América, porque, com admiração universal, diz, deu a conhecer um novo mundo.⁴¹

Vê-se bem: nesta tese já não resta o menor vestígio do motivo pelo qual se vinha atribuindo até então o descobrimento a Colombo. Não obstante isso, continuava a ser-lhe atribuído. Como e por quê? Se, conforme temos longamente explicado, trata-se de um ato que requer do agente consciência do que realiza, como, então, responsabilizar Colombo, de quem expressamente se afirma que carecia dela. Eis aqui o problema constitutivo desta segunda etapa. Para esclarecer o enigma, vamos examinar os textos pertinentes.

2. Irving. *Life and voyages of columbus*.⁴²

a) Uma vez mais, a empresa é explicada em termos do anseio pelo estabelecimento da comunicação marítima com a Ásia.

b) Para determinar em que consistiu o projeto de Colombo, Irving examina a tese de Dom Fernando. De acordo com ela, diz Irving, Colombo chegou a concluir que "havia terra não descoberta na parte ocidental do oceano; que era acessível; que era fértil e,

41. *Ibid.* Introdução, I, II.

42. Washington Irving, *Life and Voyages of Columbus*, 1828.

finalmente, que estava habitada", ⁴³ isto é, a famosa hipótese de que Colombo teria intuído a existência da América.

c) Mas a Irving parece que a argumentação de Dom Fernando é ambígua e padece de certo defeito lógico. ⁴⁴ Por isso, prefere tirar suas próprias conclusões. Afirmar que o argumento decisivo que induziu Colombo foi a idéia de que a Ásia era facilmente acessível pelo ocidente. ⁴⁵ Irving desconhece, pois, outras finalidades da empresa que não seja o objetivo asiático.

d) No relato das outras quatro viagens, Irving esmera-se em mostrar que durante todo o tempo Colombo esteve convencido de haver explorado regiões da Ásia e esclarece que ele jamais se convenceu do contrário. ⁴⁶

e) Não obstante esta maneira tão explícita de admitir o que Colombo quis e acreditou fazer, Irving não atribui à empresa o sentido correspondente. Desde o início e ao longo de todo o livro, admite ser esta a maneira pela qual Colombo descobriu a América.

f) No entanto, Irving não esclarece por que motivo entende assim. Trata-se, pois, de uma intervenção que considera óbvia, mas passível de se averiguarem seus motivos.

g) Bem, em uma passagem num dos apêndices da obra, ⁴⁷ parece que Irving atribui a Colombo o descobrimento, em virtude de haver sido ele o primeiro a encontrar o continente americano; mas uma atenta leitura da obra não autoriza semelhante conclusão. Sabemos com certeza que Irving não se atém à prioridade no achado físico, pois reconhece como prováveis as expedições dos normandos a praias americanas, realizadas vários séculos antes.

43. *Ibid.* I, v.

44. Referindo-se à argumentação de Dom Fernando, diz: "... and the chain of deductions here furnished, though not perhaps the most logical in its concatenation, etc..." *Ibid.* I, v.

45. *Ibid.* I, v.

46. "Until his last breath he entertained the idea that he had merely opened a new way to the old resorts of opulent commerce, and had discovered some of the wild regions of the East." *Ibid.* XVIII, v.

47. "When Columbus first touched a shore of the New World, even though a frontier island, he had achieved his enterprises; he had accomplished all that was necessary to his fame; the great problem of the ocean was solved, the world which lay beyond its Western waters was discovered." *Ibid.* Apêndice, X.

Essas expedições, pensa, não constituem, no entanto, um descobrimento propriamente dito da América, porque a revelação assim obtida não transcendeu a esfera dos interesses particulares daquele povo e porque, além disso, os próprios normandos logo a lançaram no esquecimento. ⁴⁸

h) Irving insinua que na empresa de 1492 concorre um elemento de intencionalidade que não existe nas viagens normandas e que, por outra parte, não se acha claramente no projeto que a motivou e que atua, apesar do equívoco em que Colombo incorreu ao pensar que havia visitado litorais da Ásia. A essa misteriosa intencionalidade deve-se, portanto, que continue vigente a idéia de que, com o achado de 1492, a América foi descoberta.

Esta é, em resumo, a tese de Washington Irving, o primeiro historiador que narrou a empresa admitindo, sem compromissos, o que Colombo quis fazer e o que pensou. Este é, entretanto, o mistério que rodeia a tese. Examinemos o texto que esclarecerá o enigma.

3. Humboldt. *Cosmos*. ⁴⁹

a) Este eminente pensador também situa a empresa dentro do ambiente e dos anseios da época em que ocorreu. Não se limita a assinalar a conexão mas oferece também uma idéia do devir histórico, dentro do qual o acontecimento fica visceralmente articulado e apenas em relação a este ganha seu verdadeiro sentido.

b) Em termos gerais, trata-se da concepção idealista da história tão predominante, sobretudo na Alemanha, durante a primeira metade do século XIX. Sua premissa fundamental, lembre-se, consiste em crer que a história, em sua essência, é um progressivo e inexorável desenvolvimento do espírito humano em busca da meta da sua liberdade, de acordo com a razão. Para Humboldt,

48. *Ibid.* Apêndice, XIV.

49. Alexandre von Humboldt, *Cosmos; essai d'une description physique du monde*. Paris, 1866-67. Para notícias bibliográficas, meu livro *La idea del descubrimiento*, p. 267, nota 1.

essa busca fundamenta-se nos lentos, mas seguros, avanços dos conhecimentos científicos que, ao ir conquistando a verdade a respeito do cosmos, acabarão por dar ao homem uma visão absoluta da realidade, base inalterável para estabelecer as normas de sua conduta futura e das relações sociais.

c) Mas o homem, por si só, e não por intervenção divina, é quem deve cumprir a finalidade imanente da história e trabalhar, assim, sua própria felicidade. Isto não significa que os indivíduos tenham necessariamente consciência desse suposto objetivo nem que abriguem o propósito de alcançá-lo, porque ao longo da história vai se realizando, independentemente dos anseios e das vontades pessoais. Assim é significativo o que fazem os homens, mas o que fazem enquanto instrumentos dos desígnios da história.

d) Acontece que, dentro dessa concepção teleológica do devir humano, é possível responsabilizar um homem por um ato cuja significação transcende o sentido que tem, em virtude das intenções com que o executou, desde que sejam de natureza que, independentemente do seu conteúdo particularista, esteja de acordo com os desígnios da história. Assim é possível e deve-se dizer que esse homem teve consciência do significado transcendental do seu ato, não como indivíduo, mas sim como instrumento das intenções imanentes à marcha histórica.

e) À luz destas premissas, Humboldt compara o sentido que tem, respectivamente, a empresa de Colombo e as expedições normandas do século XI. Para isso reconhece, sem reservas, a verdade histórica dessas expedições e também o fato de que Colombo acreditou ter visitado terras asiáticas, pois esse tinha sido o seu objetivo.

f) Do ponto de vista cronológico, é inevitável concluir que os normandos foram os descobridores da América e que a viagem de 1492 foi apenas um redescobrimento. Mas esta é uma maneira superficial e falsa de considerar a questão, porque o mero achado físico não é o significativo. É necessário examinar o problema a partir da intencionalidade de ambos os atos.

g) Assim consideradas, as expedições normandas são um fato casual, porque o achado de terras americanas deve-se a uma nave que foi lançada em direção a elas por uma tempestade. O ato corresponde ao impulso de um cego fenômeno telúrico indiferente ao destino humano, de sorte que, do ponto de vista da sua motivação, não constitui um descobrimento da América que, por definição, implica um ato intencional.

A empresa de Colombo, em compensação, não é um acontecimento fortuito, porque resulta de um projeto científico que corresponde ao impulso do trabalho intelectual, longa e penosamente cultivado desde o alvorecer da humanidade. Não é um ato arbitrário e indiferente ao destino histórico do homem, de maneira que, por sua motivação, pode constituir um verdadeiro descobrimento.

h) Constata-se que Humboldt, fiel à sua visão, desconsidera, por serem carentes de sentido, os propósitos e as crenças pessoais de Colombo; se o ato realizado por ele parece intencional e não fortuito, é porque o considera não como indivíduo mas como instrumento dos desígnios da história.

i) Ainda que estas considerações bastem para explicar por que não é possível atribuir aos normandos o descobrimento da América, elas não esclarecem por si só o sentido concreto que tem a empresa de Colombo como descobrimento nem como pode ser atribuído à sua pessoa. Se sabemos que não se trata de um ato fortuito, ainda não sabemos em quê consiste nem como Colombo cumpre o seu papel de instrumento dos desígnios da história, única base para conceder-lhe o título de descobridor.

j) O que faz da empresa colombiana o ato significativo que se conhece como o descobrimento da América é que, nessa empresa, realizou-se um desses progressos dos conhecimentos científicos em que se fundamenta, segundo vimos, a própria essência da marcha do homem em direção ao seu destino histórico. Foi assim que se entregou à contemplação dos sábios, vicários dos interesses da humanidade, uma porção desconhecida do globo terrestre, abrindo-se a possibilidade de completar, com o estudo das regiões

tropicais da América, a visão científica da parte do cosmos que é diretamente acessível à observação. Com este enriquecimento, tão longamente esperado, o progresso do espírito humano logo pôde alcançar a sua primeira culminância, porque foi possível assentar as bases inalteráveis de conhecimentos absolutos, as bases, enfim, da nova revelação, "a ciência do cosmos", da qual Alexandre von Humboldt é o evangelista e o supremo pontífice.

k) Mas se nisso se fundamentou o descobrimento da América, como responsabilizar Colombo por tão grande façanha? Pode-se realmente atribuir-lhe? Humboldt responde afirmativamente. Não é, afirma, que Colombo tenha sido um sábio nem mesmo um mediano homem de ciência, embora possuísse um espírito inquieto que muito o distingue de um vulgar aventureiro, unicamente atento ao proveito próprio. Não, a razão decisiva é que Colombo foi sensível à beleza do mundo tropical e soube anunciar a boa nova da existência de tais regiões. Jamais se cansa de contemplá-las e de extasiar-se com elas; em seus escritos, esforça-se por transmitir o entusiasmo que elas lhe provocam. Por isso, em que pese sua tosca linguagem, se alça sobre Camões e outros poetas da sua época, presos ainda às ficções literárias de uma suposta natureza arcaica e artificial; também por isso, Colombo é o descobridor da América. De fato, o poético vôo de seu entusiasmo foi a via adequada para noticiar à Europa, onde pousava o espírito da história, a abertura desse novo campo de observação, em que consiste, definitivamente, o ato descobridor. Foi assim que Colombo desempenhou, cabal e plenamente, seu papel de porta-voz dos interesses da humanidade e de instrumento das intenções da história.

l) Nada disto acontece no caso das expedições dos normandos. Beneficiários de um achado fortuito, souberam apenas fundar uns estabelecimentos comerciais que, por outro lado, mostraram-se precários. Além do mais, como as regiões setentrionais por eles exploradas não ofereciam um novo espetáculo da natureza, se por acaso a notícia do achado ultrapassou o estreito círculo dos povos

para os quais era familiar, não pode ter nenhuma significação verdadeira. Não houve, pois, um descobrimento propriamente dito.⁵⁰

Eis aqui esclarecido o enigma que rodeava a tese de Irving.⁵¹ Eis aqui a solução que corresponde à segunda etapa do processo. Apesar da ameaça que significou o pleno reconhecimento dos propósitos de Colombo e da sua idéia de haver explorado regiões da Ásia, pôde-se satisfazer a exigência de manter em vigor a velha interpretação da empresa de 1492 e resolver o problema de atribuir a Colombo o ato do descobrimento. Para isso, foi necessário recorrer ao arbítrio filosófico de postular, acima das intenções individuais, uma intencionalidade imanente à história que, na esfera leiga, é a contrapartida dos desígnios divinos do providencialismo cristão, conforme a tese do padre Las Casas. Mas agora, semelhante arbítrio produziu o efeito contrário, porque em lugar de revelar como verdade histórica os propósitos pessoais de Colombo e a sua crença de os haver realizado, tornou-os sem efeito por serem historicamente inoperantes. Foi assim, portanto, que pela segunda vez, se bem que de um modo mais sutil, ocultou-se o objetivo asiático da empresa e a convicção que Colombo deve ter explorado regiões da Ásia, ocultação necessária, como sabemos, para poder atribuir-lhe o descobrimento da América.

Com a tese teleológica que examinamos, o processo recuou à sua segunda trincheira; agora só nos resta ver como sobreveio a crise final quando, em virtude da dissolução do dogma idealista, foi necessário renunciar ao seu apoio. Tentar-se-á, veremos a seguir, um último recurso para manter a idéia do descobrimento da América, mas um recurso que serve apenas, definitivamente, para revelar o absurdo que implica semelhante maneira de explicar o aparecimento dessa entidade.

50. Para uma exposição mais detalhada da tese de Humboldt, veja-se meu livro *La idea del descubrimiento*, Terceira Parte, X, 2.

51. Em Irving encontramos um eco nítido da tese idealista explicitada tão magistralmente por Humboldt. Irving, *op. cit.*, XVIII, v.

VIII

Enquanto se pôde acreditar, com o idealismo, que a história era um processo em que fatalmente iam se cumprindo, segundo Kant,⁵² as intenções da Natureza, situadas além da esfera dos propósitos e das vontades individuais, a viagem de Colombo pôde continuar a ser entendida como o descobrimento da América, conforme a concebeu Alexandre von Humboldt. Mas quando aquela persuasão filosófica, ou melhor dizendo, quase religiosa, entrou em crise depois de haver alcançado o ápice, os historiadores, ainda que os primeiros rebeldes, pouco souberam até que ponto ficavam desamparados e expostos. Em decorrência das orientações fixadas pelo positivismo científico, a verdade histórica deveria repudiar o ilusório auxílio de todo o apriorismo metafísico por ser empiricamente não comprovável e ater-se, em troca, à observação dos fenômenos para poder reconstruir, segundo a célebre fórmula de Ranke, o que "em realidade aconteceu". Isto quer dizer que os historiadores se comprometeram a reconhecer, como fonte do sentido dos acontecimentos históricos, os propósitos e as convicções pessoais dos indivíduos que deles participaram. Dir-se-ia que, finalmente, havia chegado para a empresa de Colombo a hora de que fosse compreendida com o sentido que teve para ele. Mas o certo é que, apesar das novas exigências metodológicas e das inúmeras pesquisas que enriqueceram a historiografia colombiana desde os fins do século XIX, manteve-se a interpretação tradicional na unânime crença de que Colombo havia descoberto a América quando, em 1492, encontrou uma ilha que acreditou pertencer a um arquipélago adjacente ao Japão.

Para termos uma idéia da maneira pela qual se sustentou essa velha idéia, convém, antes de tudo, fixar a tese respectiva, para cujo efeito vamos empregar o texto que, entre outros possíveis, parece representativo, tanto pela sua recente publicação, quanto pelo

52. Kant, *Idea de una historia universal en sentido cosmopolita*, 1784, Preâmbulo.

aplauso com que foi recebido e, também, pela seriedade e pelo prestígio científico do seu autor.

4. Morison. *Admiral of the ocean sea*.⁵³

a) Como é de rotina, a empresa situa-se no ambiente da época e, em particular, relaciona-se com o desejo comum que havia pelo estabelecimento da comunicação marítima com as regiões extremo-orientais da Ásia.

b) A idéia central que motivou Colombo, diz Morison, foi concretizar esse anseio, mas escolhendo a rota do poente. Semelhante projeto nada tinha de novo. O extraordinário no caso de Colombo não foi, pois, a ocorrência, mas o ter-se convencido de que era factível e a decisão de realizá-la. Morison admite como finalidade única da empresa o objetivo asiático.⁵⁴

c) Na narração das quatro viagens, o autor reconstrói minuciosamente os itinerários e esmera-se em identificar no mapa atual da América os lugares visitados por Colombo.

d) Morison empenha-se, além disso, em mostrar que, em meio às mais variadas hipóteses de detalhe, Colombo sempre esteve convencido de que havia chegado à Ásia desde a primeira vez que encontrou terra em 1492.⁵⁵

e) Apesar de um reconhecimento tão expresso das intenções pessoais de Colombo e da sua opinião a respeito do que havia feito, Morison não tem nenhuma dúvida de que, em verdade, o que o Almirante realmente fez foi descobrir a América. Mas, como e por quê?

f) Explica, numa passagem decisiva, que embora Colombo não tenha tido jamais o propósito de encontrar o continente

53. Samuel Eliot Morison, *Admiral of the Ocean Sea. A life of Christopher Columbus*. Boston, 1942.

54. *Ibid.* VI.

55. É verdade que Morison diz que, na terceira viagem, Colombo "admitiu ter encontrado um novo continente". *Ibid.* VI, v. I, p. 76, mais adiante esclarece que esse "outro mundo", como denominou-o Colombo, não era para ele senão um desconhecido apêndice da Ásia. *Ibid.* XXVII, v. 2, p. 401.

americano nem tenha abrigado a suspeita de que existia, a verdade é que descobriu a América inteiramente por acidente, por casualidade.⁵⁶

Eis aqui, pois, a resposta que corresponde à terceira etapa do processo, a tese do descobrimento casual, que hoje se ensina e se venera como verdade e que serviu de ponto de partida para esta pesquisa. Com ela, portanto, termina a reconstrução histórica que nos propusemos a fazer. Vamos agora examinar essa tese para ver se contém ou não um absurdo, segundo antecipamos.

IX

Já que se trata de colocar à prova uma interpretação, é conveniente, antes de tudo, ter uma idéia clara do que isso significa.

O essencial a respeito consiste em reconhecer que qualquer ato, se for considerado em si mesmo, é um acontecimento que carece de sentido, um acontecimento do qual, portanto, não podemos afirmar o que seja, isto é, um acontecimento sem ser determinado. Para que o tenha, para que possamos afirmar o que seja, é necessário atribuir-lhe uma intenção ou um propósito. No momento em que fazemos isso, com efeito, o ato ganha sentido e podemos dizer o que é; concedemos-lhe um ser entre outros possíveis. A isto se chama uma interpretação, assim, podemos concluir que interpretar um ato é dotá-lo de um ser ao atribuir-lhe uma intenção.

Exemplificando: vemos um homem sair de sua casa e dirigir-se a um bosque próximo. Esse é o ato considerado em si mesmo como um puro acontecimento. Mas o que é esse ato? Obviamente pode ser muitas coisas diferentes: um passeio, uma fuga, um reconhecimento levado a termo com fins lucrativos, uma exploração científica, o início de uma longa viagem ou, enfim, tantas outras

56. *Ibid.* VI, v. 1, p. 76.

coisas quantas possam ser imaginadas, sempre de acordo com a intenção que se supõe naquele homem.

Isto parece claro e não há necessidade de nele insistir. Mas é necessário, por outro lado, ver que essa possibilidade que temos de atribuir um sentido a um ato ao interpretá-lo, tem um limite. A intenção que se supõe deve-se atribuir a um agente, não necessariamente capaz de realizá-la por si mesmo, pois que se pode valer de outro, mas sim necessariamente capaz de ter intenções, porque do contrário se incorrerá num absurdo. Assim, há muitos entes os quais podemos conceber – e de fato se tem concebido – como capazes de vontades e de realizá-las por si mesmos, como Deus, os anjos, os homens, os espíritos de além vida e mesmo os animais, e outros que são capazes do primeiro, mas não do segundo, como são certas entidades metafísicas, a Natureza ou a História Universal, segundo a entenderam e a entendem algumas doutrinas filosóficas. Mas o que não se pode conceber são os entes inanimados, como as figuras geométricas, os números ou os objetivos materiais, um triângulo, uma mesa, o sol ou o mar, por exemplo. Se o fazemos, ou é metaforicamente, como quando se diz que o mar não quis que a Espanha invadissem a Inglaterra, ou então estamos extrapolando.

Fica claro que, no limite, a interpretação de um ato pode ser plausível mesmo quando o agente que o realiza seja incapaz de ter intenções, desde que o propósito que dá sentido ao ato proceda de um ente capaz de tê-las; mas será absurda em caso contrário, mesmo quando o agente que o realiza tenha essa capacidade.

Examinemos agora, à luz destas considerações, o processo da história da idéia de descobrimento da América, uma vez que se trata de três maneiras diferentes de interpretar um mesmo ato: a viagem de Colombo de 1492.

Primeira etapa do processo: a interpretação consiste em afirmar que Colombo demonstrou que as terras que encontrou em 1492 eram um continente desconhecido, porque com essa intenção realizou a viagem. (Item IV)

Neste caso, trata-se de uma interpretação admissível, porque a intenção que dá ao ato interpretado o sentido de ser uma empresa descobridora, baseia-se numa pessoa, ou seja, num ente capaz de tê-la e de realizá-la. Mas já sabemos que esta tese teve de ser abandonada porque seu fundamento empírico mostrou-se documentalmente insustentável.

Segunda etapa do processo: a interpretação consiste em afirmar que Colombo demonstrou que as terras por ele achadas em 1492 eram um continente desconhecido, porque se é correto que nem essa era a intenção com a qual realizou a viagem, nem teve idéia do que havia feito, ao executar o seu ato, cumpriu a intenção da História, que era a de que o homem haveria de ter conhecimento da existência do referido continente. (Item VII)

Neste segundo caso, a interpretação ainda é admissível, porque a intenção que dá sentido ao ato interpretado de ser uma empresa descobridora fundamenta-se no próprio ato, isto é, concebe-se como imanente à História, entidade que se pode conceber como capaz de ter intenções, embora não de as realizar por si mesma, de maneira que se utiliza de Colombo como de um instrumento para esse fim. Mas sabemos que esta tese também teve de ser abandonada, não por deficiência de fundamento empírico, como no caso anterior, mas porque sua premissa teórica mostrou-se insustentável.

Terceira etapa do processo: a interpretação consiste em afirmar que Colombo demonstrou que as terras encontradas em 1492 eram um continente desconhecido, encontrado puramente por casualidade, isto é, sem que haja mediação de qualquer intenção a respeito. (Item VIII)

Neste caso é óbvio que, do ponto de vista dos requisitos de uma interpretação, a tese oferece uma séria dificuldade, porque não obstante negar-se a intenção, continua a se dar ao ato o mesmo sentido das teses anteriores. Como isto é impossível, porque sem aquele requisito o ato não poderia ter o sentido que se lhe dá, torna-se forçoso supor que a intenção existe apesar de negada; o problema assim apresenta um duplo aspecto: primeiro, como conciliar essa contradição e, segundo, averiguar onde existe essa

intenção, que foi necessário supor para que o ato pudesse ter o sentido que se lhe atribui.

Pode-se evitar a contradição, se tivermos presente não ser necessário que o agente seja aquele que tem a intenção que dá seu sentido, porque já sabemos que pode agir como mero instrumento de um desígnio que não seja o seu pessoal. Desse modo, Colombo teria revelado, sem a intenção de o fazer, a existência das terras que encontrou, cumprindo um propósito alheio, de maneira que, do ponto de vista de Colombo, seria lícito afirmar, como faz a tese, que o ato não foi intencional, embora, em realidade tenha que o ser. Em outras palavras, apenas supondo que Colombo agiu como instrumento de uma intenção diversa da sua, evita-se a contradição que indicamos e a tese fica a salvo por este motivo.

Mas onde se fundamenta, então, essa oculta intenção que dá o sentido de descobrimento à viagem de 1492? A resposta, por estranho que pareça, não admite dúvida. Com efeito, todo ato oferece três possibilidades, a saber: o sujeito do ato, o ato em si e o objeto do ato. Como, no caso, já se ensaiaram e descartaram as duas primeiras, somos obrigados a concluir que, nesta terceira etapa, a intenção ficou vinculada como imanente à coisa que se diz que foi descoberta. Mas se assim é, a tese incorre num absurdo, porque rebaixou o limite admissível a qualquer interpretação, pois o continente americano não é, obviamente, alguma coisa capaz de ter intenções.

Estes são, conseqüentemente, o segredo e o absurdo desta tese; em verdade, conhecendo-os, esclarece-se o que, desde o início, nos parecia tão suspeito, ou seja, que se pode responsabilizar um homem por algo que expressamente se admite que não fez. De fato, por pouco que se pense, constatamos que quando se afirma que Colombo descobriu por casualidade o continente americano por haver deparado com umas terras que acreditou serem asiáticas, isto é, quando nos pedem que aceitemos que Colombo revelou o ser de umas terras diferente do ser que ele lhes atribuiu, o que em realidade nos estão pedindo é que aceitemos que essas terras revelaram seu secreto e escondido ser quando Colombo deparou

com elas, pois de outra maneira não se entende como pôde acontecer a revelação que se diz ter acontecido.

O absurdo desta tese torna-se patente no momento em que extraímos a necessária consequência, porque agora vemos que a idéia do descobrimento casual do continente americano não só anula, por serem inoperantes, os propósitos e as opiniões pessoais de Colombo, como também o converte no dócil e cego instrumento, não de uns supostos desígnios do progresso histórico, mas de umas supostas intenções imanentes a uma coisa meramente física. Mas está claro que, ao admitir isso, atropelamos o processo histórico e privamos o homem da já até problemática liberdade que lhe concedia o idealismo. Agora, em lugar de conceber a história como o resultado das decisões circunstanciais tomadas pelos homens e por eles realizadas, é concebida como o resultado de propósitos imanentes às coisas, cega e fatalmente cumpridos pelos homens. Assim, o homem já não é o servo do devir histórico, concebido como um processo de ordem racional, segundo acontece com o idealismo – o que já é bastante grave – mas é o escravo de não se sabe que processo mecânico dos entes materiais inanimados.⁵⁷

X

A análise histórica da idéia do descobrimento da América mostrou que estamos na presença de um processo interpretativo que, ao esgotar sucessivamente suas três únicas possibilidades lógicas, fatalmente desemboca no absurdo. Essa história constitui,

57. Esta é a contradição que sustenta, no fundo, o materialismo contemporâneo que é apenas a situação limite a que leva o idealismo transcendental. Nossa análise demonstra que se pode adotar a seguinte seqüência, como esquema fundamental do desenvolvimento histórico da filosofia da História: 1) Providencialismo: a intenção dos atos humanos está em Deus. 2) Humanismo transcendental: a intenção está no indivíduo. 3) Idealismo transcendental: a intenção está nos próprios atos, ou seja, na História. 4) Materialismo transcendental: a intenção está no objeto. 5) Humanismo histórico: a intenção está no homem, mas sem pretensões de verdade absoluta.

pois, uma *reductio ab absurdum*, de tal sorte que ela mesma é o melhor argumento para refutar, de maneira definitiva, aquele modo de querer explicar o aparecimento da América no âmbito da Cultura do Ocidente. Agora é preciso extrair as consequências, mas antes faz-se necessário examinar um último problema, tanto mais que assim se nos oferece a ocasião de penetrar até a raiz do mal que oprime todo o processo.

Parece claro que nossas reflexões estarão incompletas, se não nos dermos conta das três questões fundamentais que delas derivam. Primeira, a que se deve a idéia de que a América foi descoberta, isto é, qual é a condição de possibilidade da própria interpretação. Segunda, como explicar a insistência em manter a referida interpretação contra a evidência empírica, isto é, por que não foi abandonada a partir do momento em que se tornaram patentes os verdadeiros propósitos e as opiniões de Colombo. Terceira, como é possível supor um absurdo tão flagrante como esse que suscita a tese final do processo, isto é, de que maneira pode ser concebida no continente americano a intenção de revelar o seu ser. Numa palavra, é necessário mostrar, pelo exame destas três questões, quem é o vilão que está por trás de toda esta história.

É óbvio que não vamos incorrer na ingenuidade de pretender que o mal provém de alguma deficiência mental dos historiadores que se encarregaram do desenvolvimento do processo, nem de alguma diabólica maquinação que os tivesse perturbado e desorientado. Provém, isto sim, de uma prévia suposição na sua maneira de pensar que, como apriorismo fundamental, condiciona todas as suas reflexões e que tem sido, desde os gregos pelo menos, uma das bases do pensamento filosófico do Ocidente. Fazemos alusão, já se terá adivinhado, à velhíssima e venerável idéia de que as coisas são algo em si mesmas, algo *per se*; que as coisas estão feitas de acordo com um único tipo possível, ou para dizê-lo de forma mais técnica: que as coisas estão dotadas, desde sempre, para qualquer objetivo e em qualquer lugar, de um ser fixo, determinado e inalterável.

Segundo esta maneira de entender a realidade, o que se pensa, num determinado momento, que é uma coisa, uma coisa existente, é o que tem sido sempre e o que sempre será, sem remédio; algo definitivamente estruturado e feito, sem que haja possibilidade alguma de deixar de ser o que é para ser algo diferente. O ser – não a existência, veja-se bem – das coisas seria, pois, algo substancial, algo misteriosa e visceralmente alojado nas coisas; a sua própria natureza, isto é, aquilo que faz com que as coisas sejam o que são. Assim, por exemplo, o Sol e a Lua seriam, respectivamente, uma estrela e um satélite, porque aquele participa da natureza que faz com que as estrelas sejam isso e a Lua, da natureza que faz com os satélites sejam satélites, de tal sorte que, desde que existem, o Sol é uma estrela e a Lua um satélite e assim até que desapareçam.

Pois bem, a grande Revolução Científica e Filosófica dos nossos dias ensinou que essa antiga maneira substancialista de conceber a realidade é insustentável, porque se chegou a compreender que o ser – não a existência – das coisas é apenas o sentido ou a significação que se lhes atribui dentro do amplo marco da imagem da realidade vigente, num determinado momento. Em outras palavras, que o ser das coisas não é algo que elas tenham por si mesmas, mas algo que se lhes outorga ou atribui.

Uma exposição mais completa desta grande revolução filosófica e das suas conseqüências a respeito da maneira de conceber o homem e seu mundo nos distanciaria demasiadamente do nosso propósito imediato, mas estamos convencidos de que, para este fim, bastará voltar ao exemplo que acabamos de empregar. Se nos situarmos historicamente na época da vigência científica do sistema geocêntrico do Universo, o Sol e a Lua não são, como o são para o sistema heliocêntrico, uma estrela e um satélite, mas são dois planetas, se bem que, num e noutro caso, ambos são corpos celestes, os quais, no entanto, para uma concepção mítica do Universo, não são sequer isso, mas deuses ou espíritos. Observe-se: o ser dessas duas entidades, desses dois pedaços de matéria cósmica, não é nada que lhes pertença essencialmente nem nada que esteja alojado nelas, mas, pura e simplesmente, o sentido que

se lhes atribui de acordo com a idéia que se tenha por verdadeira a respeito da realidade; por isso, o Sol e a Lua têm sido sucessivamente deuses, planetas e agora estrela e satélite, respectivamente, sem que seja lícito concluir que a dotação de um ser a uma coisa, em referência a uma determinada imagem da realidade, seja um “erro”, só porque essa imagem não é a vigente. Ao contrário, é óbvio que o erro consiste em atribuir ao Sol e à Lua, para continuar com o mesmo exemplo, o ser de estrela e de satélite, respectivamente, se está sendo considerada uma época de vigência do sistema geocêntrico do Universo, como também seria erro considerá-los agora dois planetas.

Feitos estes esclarecimentos, a resposta ao problema que colocamos já é transparente: o mal que está na raiz de todo o processo histórico da idéia do descobrimento da América consiste no fato de se ter suposto que esse pedaço de matéria cósmica, que agora conhecemos como continente americano, terá sido isso sempre, quando em realidade só o foi a partir do momento em que se lhe atribuiu essa significação e deixará de o ser no dia em que, por alguma mudança na atual concepção do mundo, já não se lhe atribua. Agora podemos ver com clareza porque foi necessário não só conceber o aparecimento da América como o resultado de um descobrimento e porque se insistiu nisso, apesar das dificuldades que essa explicação apresenta do ponto de vista da hermenêutica histórica, mas também como é possível incorrer no absurdo de fundamentar a intenção que requer o ato descobridor à coisa que se diz tenha sido descoberta. Examinemos separadamente estes três aspectos do problema.

1. Se se supõe que o pedaço de matéria cósmica que hoje conhecemos como continente americano foi isso sempre, ou melhor dizendo, se se supõe que é isso em si ou de si, então torna-se claro que um ato que se limita a mostrar a existência desse pedaço de matéria tem que ser concebido como a revelação ou o descobrimento do seu ser, pela simples razão de que a existência e o ser desse ente têm sido identificados com aquela suposição. Trata-se,

pois, de um ente que, tal qual uma caixa que contivesse um tesouro, abriga um ser "descobrível", de sorte que a sua revelação tem que ser explicada como resultado de um descobrimento.

2. Mas, além disso, se se supõe que esse pedaço de matéria está dotado de um ser "descobrível", então não só é necessário entender a sua revelação como o resultado de um descobrimento, mas é forçoso também supor que se realiza pelo mero contato físico com a coisa e, portanto, independentemente das idéias que a respeito dela tenha o "descobridor", pela simples razão de que o que ele ou qualquer outro pense sobre o assunto não pode afetar em nada aquele ser predeterminado e inalterável. Deste modo temos, então, não apenas a suposição de que se trata de uma coisa em si, dotada por isso de um ser descobrível, mas também que, coerentemente, temos a suposição de que o ato que o revela é igualmente um acontecimento em si, dotado por isso de um sentido predeterminado, pois sejam quais forem as intenções e as opiniões de quem o realiza, esse ato tem que ser o descobrimento daquele ser descobrível. Assim compreendemos, enfim, o que de outra maneira não tem explicação plausível, ou seja, a insensata insistência em dizer que o verdadeiro sentido da viagem de Colombo de 1492 foi que por ela se descobriu o continente americano, apesar de ter sido logo divulgado por todos os meios possíveis que o que ele, Colombo, verdadeiramente fez foi algo muito diferente.

3. Por último, se se supõe que o descobrimento do ser da coisa é cumprido pelo mero contato físico com ela, então não só é necessário entender que a revelação se realiza independentemente das intenções pessoais do agente, mas é também forçoso supor que, imanente a ela, a coisa tenha a capacidade ou, por assim dizer, a intenção de revelar seu ser, pela simples razão de que, de outra maneira, não se explica como se pôde realizar o descobrimento. Deste modo, teremos então não apenas a suposição de que o descobrimento é um ato em si, dotado, por isso, de um sentido ou de um ser predeterminado, mas também, coerentemente, teremos

a suposição de que a coisa mesma é a que tem a intenção que dá ao ato o referido sentido. Assim entendemos como é possível incorrer no absurdo de o continente americano ter tido o desígnio de descobrir-se a si mesmo no momento em que Colombo entrou em contato físico com ele, porque, se em lugar de pensar que a esse pedaço de matéria se atribuiu esse ser num momento dado para explicá-lo dentro de uma determinada imagem geográfica, pensamos que o tem sempre como algo essencialmente seu e independentemente de nós; a ele outorgamos, *ipso facto*, a capacidade de que esse ser possa nos obrigar a entrar em relação ou contato com ele, obrigação que é como a de uma vontade ou intenção a que é forçoso submetermo-nos, pois não estamos livres diante dele. Assim torna-se possível que se incorra no absurdo que encontramos no âmago da tese do descobrimento casual da América. Não são, portanto, puramente acidentais as metáforas que os historiadores costumam empregar quando, emocionados, descrevem o famoso episódio de 12 de outubro de 1492, enquanto nelas se torna patente o absurdo da tese. Morison, por exemplo, ao relatar aquele acontecimento, termina por dizer que "nunca mais poderão os mortais abrigar a esperança de sentir de novo o pavor, o assombro, o encanto daqueles dias de outubro de 1492, quando o Novo Mundo graciosamente cedeu sua virgindade aos vitoriosos castelhanos".⁵⁸ Mas, que outra coisa denuncia este estupro metafísico senão a idéia de que, já plenamente constituído em seu ser, ali estava o continente americano em secular e paciente disposição para revelar-se ao primeiro que, como num conto de fadas, viesse tocá-lo? Eu gostaria de terminar este item com um pequeno relato que talvez sirva para esclarecer as coisas. Ao concluir uma conferência em que eu acabava de expor todas estas idéias, fui abordado por um dos assistentes, que me disse: "O senhor quer dizer seriamente não ser possível a um homem descobrir por acidente um pedaço de ouro, tomemos por exemplo, sem que seja necessário supor, para que isto aconteça, que este

58. Morison, *Admiral of the Ocean Sea*. XVI, v. 1, p. 308.

pedaço de ouro ali estava disposto ou desejando que o viessem descobrir?"

"A resposta – disse-lhe – deixo-a à sua conta; mas antes reflita um pouco e verificará que se esse homem não tem uma idéia prévia do metal a que chamamos ouro para poder, assim, atribuir ao pedaço de matéria que encontra acidentalmente o sentido que tem essa idéia, é absolutamente impossível que faça o descobrimento que o senhor lhe atribui. Esse, acrescentei, é precisamente o caso de Colombo."

XI

É chegado o momento de responder à pergunta que serviu de ponto de partida a esta reflexão e de extrair as conseqüências que dela derivam.

Já perguntamos se a idéia da descoberta do continente americano terá sido ou não aceitável como forma satisfatória de explicar o aparecimento do referido continente no âmbito da Cultura do Ocidente. Agora já podemos responder, com pleno conhecimento de causa, que não é satisfatória, porque sabemos que se trata de uma interpretação que não consegue dar conta adequada da realidade que interpreta, pois ela própria se reduz ao absurdo quando chega à situação limite de suas possibilidades lógicas. Mas como sabemos, além do mais, que a causa desse absurdo é a noção substancialista a respeito da América como uma coisa em si mesma, concluímos que é forçoso abandonar tanto essa velha noção como a interpretação que dela procede, a fim de termos liberdade para buscar um modo mais adequado de explicar o fenômeno.

Ao chegar a esta necessária e revolucionária conclusão, ter-se-á constatado que colocamos em crise os fundamentos da historiografia americana em sua totalidade, conforme vem sendo concebida e elaborada até agora. A razão é óbvia: a noção tradicional a respeito da América como uma coisa em si e a idéia não menos tradicional

de que, por isso, se trata de um ente cujo ser é descobrível, que de fato foi descoberto, constituem a premissa ontológica e a premissa hermenêutica, respectivamente, do que depende a verdade que aquela historiografia elabora. Não é difícil ver que, se se deixa de conceber a América como algo definitivamente feito desde todo o sempre, que milagrosamente revelou num bom dia o seu oculto, ignoto e imprevisível ser a um mundo atônito, então o acontecimento que assim se interpreta (o encontro por Colombo de regiões oceânicas desconhecidas) ganhará um sentido inteiramente diferente como também, está claro, a longa série de acontecimentos que os seguirão. Assim, todos esses fatos que agora conhecemos como a exploração, a conquista e a colonização da América; o estabelecimento de regimes coloniais em toda a diversidade e complexidade de suas estruturas e de suas manifestações; a paulatina formação das nacionalidades; os movimentos em prol da independência política e da autonomia econômica; numa palavra, a grande soma total da história americana, latina e saxônica, estará revestida de uma nova e surpreendente significação. Veremos, antes de tudo, que o problema central da sua verdade é o concernente ao ser da América, não pensado como essa substância inalterável e predeterminada que agora, inconscientemente, se postula, *a priori*, mas como resultado de um processo histórico peculiar e próprio, embora essencialmente vinculado ao processo do acontecer universal. Pois, assim, os acontecimentos não aparecerão como algo externo e accidental que em nada podem alterar a suposta essência de uma América constituída desde a Criação, mas como algo interno que vai constituindo o seu ser, ondulante, dinâmico e perecível como o ser de tudo que é vida; sua história não será aquilo que a América "passou", mas aquilo que "foi, é e continua sendo".

Depreende-se destas considerações que o resultado de nossa análise representa, do lado negativo, a bancarrota e o desmoronamento da velha concepção essencialista da história americana; mas, do lado positivo, significa a abertura de um caminho para se chegar a uma visão dinâmica e viva a respeito dela. Mas se assim é, se

diante dos nossos olhos se desdobra esta possibilidade, o primeiro e o que sempre há que se ter presente é que já não contamos, nem devemos jamais contar, com uma idéia *a priori* do que seja a América, pois essa noção é uma resultante da reflexão histórica e não, como é habitual supor, uma premissa logicamente anterior a ela. Isto quer dizer que somos levados a propor um processo diametralmente inverso ao tradicional, se pretendemos abordar o grande problema histórico americano, qual seja, esclarecer como apareceu a idéia da América na consciência da Cultura do Ocidente. Em lugar de partir de uma idéia preconcebida a respeito da América para tratar de explicar - já vimos a que preço - como Colombo descobriu o ser desse ente, devemos partir do que fez Colombo, para explicar como se chegou a atribuir-lhe esse ser. E se o leitor teve a paciência de seguir-nos até aqui com suficiente atenção, verificará que, do ponto de vista do processo cuja história reconstruímos, este novo caminho é o de aceitar plenamente o sentido histórico da empresa de Colombo, tal como se deduz das suas intenções pessoais, em lugar de anular seu significado como se fez nas duas últimas etapas daquele processo. Assim, nossa proposta pode ser considerada como uma etapa ulterior do mesmo desenvolvimento, mas uma etapa que, englobando a crise a que conduz o insensato empenho de manter a idéia do descobrimento da América, o abandona em busca de um novo conceito que apreenda de um modo mais adequado a realidade dos fatos. Esse conceito, podemos antecipar, é o de uma América inventada que não é o da velha noção de uma América descoberta.

SEGUNDA PARTE

O HORIZONTE CULTURAL